



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003685-56.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito**  
 Exeqüente: **MANOEL CLARETI VENANCIO DE SOUZA**  
 Executado: **CILENE SABADINI TINTA e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de embargos à execução que está fundada em título executivo judicial.

Pelo que se extrai dos autos, o embargado ajuizou ação contra os embargantes, a qual foi julgada procedente em parte, com a condenação dos últimos ao pagamento de quantia em dinheiro ao primeiro.

O processo de origem foi extinto e, infrutífera a fase de cumprimento da sentença, houve a emissão de certidão de crédito que lastreou a presente.

Já os embargantes suscitaram agora argumentos pertinentes à relação jurídica estabelecida com o embargado, sustentando que em virtude deles nada deveriam ao mesmo.

A situação posta evidencia que a postulação dos embargantes não merece prosperar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Isso porque com a definição do processo de conhecimento (ressalvo inclusive que nele sucedeu a interposição de recurso inominado contra a sentença proferida, parcialmente acolhido, como se vê a fls. 251/257) se operou a coisa julgada.

Significa dizer que a reapreciação de questões já submetidas a exame ou de outras que poderiam tê-lo sido em momento oportuno não mais poderá ter lugar.

Independentemente das considerações aqui expendidas pelos embargantes, é certo que os contornos da ligação firmada entre as partes já foram definitivamente fixados no feito anterior, de sorte que novo pronunciamento sobre eles é inviável.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição dos embargos.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 22 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**